

A nova geopolítica do Império

John Bellamy Foster

Co-editor de *Monthly Review* e professor de Sociologia
na University of Oregon (Estados Unidos)

A nova geopolítica do Império

Atualmente, os Estados Unidos gozam tanto da primazia econômica, ainda que instável, quanto da militar. Contudo, a rivalidade interimperialista não acabou, como freqüentemente se pensou, com a ascensão da hegemonia estadunidense. Ao contrário, ela persistiu e foi acirrada na procura de Washington pela hegemonia ilimitada. O objetivo deste artigo consiste em apreender como a nova era imperial consolidada após a derrocada da União Soviética e a emergência dos Estados Unidos como única potência imperial hegemônica é entendida por aqueles que a promovem. Revisando textos “canônicos” da geopolítica clássica até chegar às obras e aos documentos mais representativos do pensamento imperial estadunidense contemporâneo, o artigo pretende desvelar a ideologia “democrática” que assiste ao único superpoder do planeta em sua trajetória rumo às crises, guerras e novas revoluções.

The new geopolitics of the empire

The United States currently possesses both economic, although unstable, and military supremacy. However, the interimperialist rivalry has not finished, as it was frequently thought, with the rising of American hegemony. On the contrary, it persisted and was stirred up by Washington's quest for unlimited hegemony. The aim of this article is to learn how the imperial era consolidated after the collapse of the Soviet Union and the emergence of the United States as the sole hegemonic imperial power is understood by those who promote it. Reviewing “canonical” texts of classical geopolitics up to the most representative works and documents of contemporary American imperial thought, the article aims to unveil the “democratic” ideology which helps the sole Earth's superpower in its trajectory toward crises, wars and new revolutions.

A ideologia imperial atual proclama que os Estados Unidos são a nova acrópole, a *capital de um* império que domina o globo.¹ Não obstante, além disso, o império global estadunidense, como nos foi dito, não seria um *império do capital*; ele não teria nada a ver com o imperialismo econômico tal qual classicamente definido por marxistas ou outros. Eis, então, a questão: como essa nova era imperial é entendida por aqueles que a promovem?

Estou convencido de que a resposta será encontrada na ressurreição dramática da geopolítica enquanto filosofia imperial. Aquilo que Michael Klare chamou nessas páginas de “a nova geopolítica” tornou-se um meio pragmático de integração dos objetivos imperiais dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria ao mesmo tempo em que afastou qualquer alusão direta ao “enraizamento econômico do imperialismo” (KLARE, 2003).²

Como Franz Neumann indicara em *Behemoth*, sua crítica clássica de 1942 do Terceiro Reich, “a geopolítica não é nada além da ideologia da expansão imperialista” (1942, p. 147). Mais precisamente, ela representa um meio específico de organizar e avançar o império

¹ Este artigo é uma versão muito mais extensa de uma comunicação apresentada no V Colóquio de Economistas Políticos Latino-Americanos ocorrido na Cidade do México em 27 de outubro de 2005. Partes desse argumento também foram apresentadas em discussões patrocinadas pela *Black Sun Books* em Eugene, no Oregon (Estados Unidos) em 16 de novembro de 2005 e na Conferência *Stop the War* na *Manual Arts High School* em Los Angeles, em 19 de novembro do mesmo ano. Publicado em *Monthly Review*, v. 57, n. 8, Jan. 2006. Tradução de Fernando Ferrone.

² A frase “raiz mestra econômica do imperialismo” foi tomada emprestada da obra clássica de 1902, de John Hobson (1965, p. 71).

– um meio que aparece com o moderno imperialismo, mas que tem sua própria história específica que está reverberando mais uma vez em nova época.

A geopolítica está vinculada à forma pela qual os fatores geográficos, incluindo território, população, localização estratégica e recursos naturais dados, tal qual modificados pela economia e pela tecnologia, afetam as relações entre Estados e a luta pela dominação mundial. A geopolítica clássica era uma manifestação da rivalidade interimperialista e emergiu mais ou menos na época da Guerra Hispano-Americana (1898) e na Guerra dos Bôeres (1880-1881 e 1899-1902). Ela constituiu o núcleo da ideologia da expansão ultramarina dos Estados Unidos, articulada na obra de Alfred Thayer Mahan, *Influence of sea power upon history*, de 1890, igualmente na de Frederick Jackson Turner, *The frontier in American history*, de 1893, e, finalmente, no livro de Brooks Adams, *The new empire*, de 1902 – bem como nas políticas “*Rough-Rider*” de Theodore Roosevelt.³ O próprio termo “geopolítica” foi cunhado em 1899 pelo cientista político sueco Rudolf Kjellén, depois do qual ele rapidamente emergiu como uma área sistemática de estudo. Os três teóricos anteriores no período-chave do Tratado de Versalhes até a II Guerra Mundial (1939-1945), foram Halford Mackinder na Grã-Bretanha, Karl Haushofer na Alemanha e Nicholas John Spykman nos Estados Unidos.

A geopolítica clássica

Mackinder era geógrafo, economista e político. Ele foi diretor da *London School of Economics* de 1903 a 1908 e membro do Parlamento de Glasgow de 1910 a 1922. Ele começou a desenvolver suas idéias

³ Cf. Mahan (1890); Adams (1902) e Turner (1921). O livro de Turner contém seu artigo original de 1893 e sua análise de 1896 no *Atlantic Monthly*, no qual ele estende o argumento para incluir nele a necessidade por parte dos Estados Unidos de uma expansão ultramarina (ver TURNER, 1921, p. 219).

geopolíticas em 1904 com o ensaio *The geographical pivot of history*. Mackinder era um forte defensor do imperialismo britânico. Ele argumentava que as colônias na África e na Ásia constituíam uma válvula de segurança para a sociedade europeia e que o fechamento do mundo para a expansão do imperialismo europeu poderia acarretar a libertação de forças de classe incontroláveis dentro das sociedades europeia. Era central para sua análise o reconhecimento de que as fronteiras do mundo estavam fechadas, o que resultava numa rivalidade interimperialista elevada.

“As grandes guerras da história”, Mackinder escreveu em *Democratic ideals and reality* (1919), “são o resultado, direto ou indireto, do crescimento desigual das nações”. A realidade geopolítica era tal que “se prestaria por si só ao crescimento dos impérios e, no final, a somente um Império-Mundo” (1919, p. 1-2). Uma preocupação primordial que motivou as contribuições teóricas de Mackinder era o declínio da hegemonia econômica britânica, conduzindo-o, eventualmente, a concluir que o capital britânico precisaria de protecionismo e de poder militar para se reerguer. A Grã-Bretanha, “não menos que a Alemanha”, ele dizia,

tornou-se “sedenta por mercados”; nada menos que o mundo inteiro seria necessário para ela em suas condições específicas (...) O livre comércio e o amante da paz Lancashire eram apoiados pela *força* do Império (...) Tanto o Livre Comércio de tipo *laissez-faire* e a Proteção de tipo predatória eram políticas do Império e ambas feitas para a Guerra (MACKINDER, 1919, p. 179-181).⁴

Mackinder é mais conhecido por sua doutrina da “*Heartland*”. A estratégica geopolítica era sobre a batalha final para controlar a *Heartland* – ou a enorme massa de terra transcontinental da Eurásia,

⁴ Para a evolução das visões econômicas de Mackinder, ver: Bernard Semmel (1960, p. 157-68).

abarcando o Leste europeu, a Rússia através da Sibéria e a Ásia central. A *Heartland* era definida por sua inacessibilidade por via marítima, fazendo dela a “maior fortaleza natural da Terra” (MACKINDER, 1943, p. 601). A era colombiana dominada pelo poder marítimo, Mackinder argumentou, estava chegando ao fim e seria substituída por uma nova era eurásiana na qual o poder terrestre seria decisivo. O desenvolvimento dos transportes e da comunicação terrestres significava que o poder terrestre poderia finalmente rivalizar com o poder marítimo. Na nova era eurásiana quem dominasse a *Heartland*, se também estivesse equipado com uma moderna marinha, poderia ser capaz de flanquear o mundo marítimo – controlado pelos impérios britânico e estadunidense.

Em *Democratic ideals and reality*, Mackinder apontava o Leste europeu como um acréscimo estratégico a *Heartland* – a chave para o comando da Eurásia. Daí depreende-se seu silogismo:

Quem controla o Leste europeu comanda a *Heartland*;

Quem controla a *Heartland* comanda a *World-Island*;

Quem controla a *World-Island* comanda o Mundo (MACKINDER, 1919, p. 186).

Mackinder insistia em que a política externa mais imediata para o Império Britânico era prevenir qualquer tipo de aliança ou bloco entre a Alemanha e a Rússia e evitar que ambos dominassem o Leste europeu. Portanto, era preciso formar Estados-tampão fortes entre esses dois grandes poderes.

Em 1919, o governo britânico designou Mackinder como o Alto Comissário para a Rússia do sul com o intuito de ajudar a organizar o apoio britânico ao general Denikin e o Exército Branco na Guerra Civil Russa. Na seqüência da derrota de Denikin pelo Exército Vermelho, Mackinder retorna a Londres e relata ao governo britânico que, embora a industrialização alemã tenha sido altamente temida pela Grã-Bretanha, a Alemanha não deveria ser econômica ou militarmente destruída porque constituía o principal bastião contra o controle bolchevique do Leste europeu. Mackinder foi feito Ca-

valeiro por seus esforços em proveito do império (BLOUET, 1987, p. 172-177).

A análise geopolítica de Mackinder iria causar um grande impacto nos planos de guerra da Alemanha e da Grã-Bretanha. O fundador da escola alemã de *Geopolitik* foi Friedrich Ratzel, cujos trabalhos mais importantes apareceram na década de 1890. Ratzel procurou estabelecer uma relação entre a luta darwinista pela existência com a luta geopolítica por espaço por meio de uma teoria orgânica do Estado. Os Estados não eram estáticos, mas cresciam naturalmente, as fronteiras eram simplesmente uma pele que poderia ser trocada. Foi Ratzel quem primeiro introduziu o termo “*Lebensraum*” (ou espaço vital) como um imperativo para a política alemã. “Há neste pequeno planeta”, ele escreveu, “espaço suficiente para somente um grande Estado” (Apud STRAUSZ-HUPÉ, 1942, p. 31).

O principal pensador geopolítico alemão, entretanto, foi Karl Haushofer, que se baseou tanto em Ratzel quanto em Mackinder. Haushofer insistia em que a Alemanha precisava ampliar seu *Lebensraum*, cuja justificativa era evidentemente a desproporção entre a população alemã e o espaço geográfico natural necessário para acomodá-la. Ele olhava para os Estados Unidos, com sua ideologia do Destino Manifesto, como o país que com mais êxito empregou a geopolítica dentro de sua região. Nesse sentido, ele via a Doutrina Monroe – que estipulava que os Estados Unidos tinham hegemonia nas Américas e não sofreriam a concorrência de nenhum poder estrangeiro (junto com o Corolário Roosevelt, de 1904, por meio do qual os Estados Unidos reivindicavam o “poder policial internacional” no hemisfério ocidental) – como a maior implementação prática da geopolítica, salientando a necessidade de um paralelo na Alemanha, uma Doutrina Monroe alemã. Haushofer e seus seguidores viam o pan-americanismo como o agrupamento geopolítico por meio do qual os Estados Unidos exerciam sua hegemonia regional. Ele argumentava que hegemonias regionais poderiam ser estabelecidas ao redor de outros grandes poderes, notadamente o panger-

manismo ou uma pan-Europa dominada pela Alemanha (STRAUSZ-HUPÉ, 1942, p. 66 e 227; NEUMANN, 1942, p. 156-160).

O imperialismo britânico era, para Haushofer, a ameaça maior para o poder alemão. Uma de suas obras contém um mapa-múndi mostrando um gigantesco polvo localizado nas Ilhas Britânicas com seus tentáculos avançando por sobre cada canto do globo. O desenvolvimento da capacidade alemã para fazer frente ao mundo marítimo britânico e estadunidense, ele argumentava, funda-se na criação de um grande bloco eurasiático intercontinental de poder com a Rússia e o Japão, no qual a Alemanha seria o sócio majoritário. A aliança com o Japão poderia fazer frente ao poder naval britânico e estadunidense no Pacífico. Com a assinatura do pacto Germano-Soviético em 1939, ele escreve: “Finalmente agora a colaboração entre os poderes do Eixo e do Oriente distante é distintivamente prioritária em relação à alma alemã. No final, há uma esperança de sobrevivência contra a política Anaconda [o cerco estrangulador] das democracias ocidentais”. Muito embora, assentando-se primariamente na geopolítica, Haushofer queria unir suas idéias com a doutrina nazista das “raças superiores” (Apud STRAUSZ-HUPÉ, 1942, p. 152; NEUMANN, 1942, p. 144).

Haushofer serviu como comandante de brigada na I Guerra Mundial e tinha Rudolf Hess como seu ajudante-de-campo. Ele foi para a reserva com a patente de major-general e obteve o cargo de conferencista na Universidade de Munique em 1919, onde Hess permaneceu como seu estudante e discípulo. Por meio de Hess, Haushofer tinha contato direto com Hitler e foi conselheiro deste. Após o fracasso do golpe nazista da Cervejaria em 1923, Hitler e, mais tarde, Hess, foram aprisionados na fortaleza de Landsberg. Como mentor de Hess, Haushofer visitava freqüentemente Hitler na prisão enquanto este último ditava seu *Mein kampf* a Hess. Muitas das idéias de Haushofer, incluindo seu tratamento do *Lebensraum*, foram, assim, adotadas por Hitler e incorporadas em *Mein kampf*. Em 1933, com a chegada dos nazistas ao poder, uma cátedra de geografia defensiva

foi criada para Haushofer na Universidade de Munique, onde ele dirigia o Instituto de Geopolítica. No ano seguinte, Hitler designou-o presidente da Academia Alemã. Ele foi enviado brevemente ao campo de concentração de Dachau. Seu filho, Albrecht (ele também um importante analista geopolítico nazista) foi executado pelos SS por envolvimento, em 1944, no complô para assassinar Hitler. Haushofer cometeu suicídio depois de ter sido interrogado pelos Aliados em 1946 (WHITTLESEY, 1948, p. 388-411 e 1942, p. 70-78; DORPALEN, 1942, p. 70-78; MURPHY, 1997; COHEN, 2003, p. 1-22).

Nicholas John Spykman foi um cientista político, sociólogo e jornalista de origem holando-estadunidense. Spykman escreveu duas obras geopolíticas principais: *America's strategy in world politics* (1942), terminada logo depois que os Estados Unidos entraram na II Guerra Mundial, e sua obra póstuma, *The geography of the peace* (1944). À doutrina da *Heartland* de Mackinder, ele opunha a tese da *Rimland*, argumentando que o controle das bordas anfíbias da Europa, do Oriente Médio e da região costeira do Leste da Ásia do Pacífico, os Estados Unidos poderiam limitar o poder da *Heartland* eurásiana. Spykman insistia em que os Estados Unidos deveriam construir bases navais e aéreas no Atlântico norte e através do Pacífico, de forma a cercar a Eurásia. Respondendo a Mackinder, Spykman escrevia: “Se deve haver um slogan para a política do Velho Mundo, ele deve ser ‘Aquele que controla a *Rimland* comanda a Eurásia; quem comanda a Eurásia controla os destinos do mundo”.⁵

Em *America's strategy in world politics*, Spykman insistia em que a política estadunidense deveria ser “direcionada para a prevenção da hegemonia”, definida como “uma posição de poder que poderia permitir a dominação dentro dos limites [do hegemônico]”. Porém, na prática, isso significava a promoção da dominação anglo-esta-

⁵ Nicholas John Spykman, *The geography of the peace* (New York: Harcourt, Brace and Co., 1944), p. 43.

dunidense (Cf. SPYKMAN, 1942, p. 19, 458-460). Em 1942, com o Império Britânico enfraquecendo e com o estadunidense crescendo, uma “hegemonia anglo-estadunidense” do globo, Spykman argumentava, estava num futuro próximo – desde que as tentativas germano-japonesas de atingir a hegemonia mundial pudessem ser derrotadas. Embora a União Soviética fosse então uma aliada dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, Spykman, não obstante, sugeria em *The geography of the peace* que o primeiro objetivo era garantir que a União Soviética “não estabelecesse uma hegemonia sobre a *Rimland* européia”. “A própria potência da União Soviética, quão grande esteja”, ele observava, “seria insuficiente para preservar sua segurança contra uma *Rimland* unificada” sob a hegemonia estadunidense. A existência dessa poderia dar ao Estados Unidos a supremacia global (SPYKMAN, 1944, p. 57).

As opiniões de Spykman foram largamente difundidas nos meios políticos estadunidenses, mas no começo de 1942 o termo “geopolítica”, se não o conceito em si, estava crescentemente sendo evitado nos Estados Unidos em razão dos alarmes que tinham sido dados nos meios de comunicação estadunidenses a respeito dos pensamentos geopolíticos alemães e da influência de Haushofer sobre Hitler. Levava um quarto de século ou mais para que o termo voltasse ao discurso público. Embora o conceito de *Rimland* de Spykman seja freqüentemente visto como fornecendo o cenário intelectual da noção de “*containment*” de George Kennan, é notável que não haja referências explícitas, nesse contexto, às idéias de Spykman.

A geopolítica da Pax Americana

Em 1939, os planejadores do Departamento de Estado em conjunção com o Conselho para as Relações Exteriores iniciaram, em condições altamente secretas, um programa de alto nível de *War and Peace Studies* (WPS), que continuou a existir como resíduo da

guerra. A *Rockefeller Foundation* deu US\$ 44.500 em fundos para o primeiro ano de operação. O WPS visava uma região geopolítica que era designada como a “Grande Área”, e que consistia inicialmente nos impérios britânico e estadunidense. “A análise geopolítica por trás” da Grande Área, Noam Chomsky explicou, “tentava planejar quais áreas do mundo deveriam ser ‘abertas’ – abertas a investimentos, abertas à repatriação de lucros. Abertas, isto é, à dominação dos Estados Unidos” (CHOMSKY, 1981; SMITH, 2003, p. 325-331).

A nova Grande Área servia, assim, para constituir um império informal, modelado depois da dominação estadunidense da América Latina, envolvendo o livre fluxo de capital sob a hegemonia econômica, política e militar dos Estados Unidos. Já que a Alemanha, então, ocupava a Europa, a Grande Área era, de início, concebida como restrita à região imperial estadunidense, o Império Britânico e o Oriente distante (que pressupunha a derrota do Japão no Pacífico pelos Estados Unidos). Com o final da guerra, ela foi expandida de tal forma a abarcar também toda a Europa ocidental. Isaiah Bowman, um importante geógrafo político estadunidense (algumas vezes referido na imprensa da época como o “Haushofer estadunidense”) e uma figura-chave do Conselho para as Relações Exteriores, escreve em 1941: “A medida de nossa vitória será a medida de nossa dominação depois da vitória” (SMITH, 2003, p. 287 e 329).

Em 1943, Mackinder publicou um artigo intitulado “The round world and the winning of the peace” na revista *Foreign Affairs* do Conselho para as Relações Exteriores, no qual ele garantia que “para nossos propósitos atuais, podemos afirmar com boa margem de certeza que o território da União Soviética é o equivalente à *Heartland*” (Mackinder, 1943, p. 598). Pela primeira vez, ele argumentava, a *Heartland* estava completamente guarnecida e era perigosa. O objetivo para os Estados Unidos era, portanto, se contrapor ao poder da *Heartland* soviética. Como Colin Gray observou em seu *Geopolitics of the nuclear era* (1977), vista em termos geopolíticos, a Guerra Fria era essencialmente a disputa “entre o *imperium* insular

dos Estados Unidos e o *imperium* da ‘Heartland’ da União Soviética (...) pelo controle/negação do controle das ‘rimlands’ eurásio-africanas” (GRAY, 1977, p. 14).

Muito embora referências explícitas à geopolítica sejam raras do final dos anos 1940 até os anos 1970, uma exceção pode ser encontrada na obra de James Burnham. Inicialmente um proeminente esquerdista, Burnham desempenhou um papel capital no desenvolvimento de uma geopolítica do anticomunismo na era da Guerra Fria. Seu *blockbuster* anticomunista do pós-guerra, *The struggle for the world* (1947), foi originalmente rascunhado como um estudo secreto para o *Office of Strategic Services* (o precursor da CIA) em 1944, e deveria ser usado pela delegação estadunidense na Conferência de Yalta. Era, ele insistia, “um axioma da geopolítica que se nenhum poder conseguisse organizar a *Heartland* [eurásiana] e suas barreiras externas, esse poder certamente controlaria o mundo”. Na esteira de Mackinder, Burnham afirmava que a União Soviética emergira como o primeiro grande poder de *Heartland*, com uma grande população politicamente organizada, que era uma ameaça para o Mundo-Ilha e, portanto, para o mundo inteiro. “Geografica e estrategicamente, a Eurásia cerca a América, oprimindo-a.” Os Estados Unidos eram um império, embora se recusassem a se chamar enquanto tal; assim, vários eufemismos deveriam ser encontrados.

Quaisquer que sejam as palavras, é preciso conhecer a realidade. A realidade é que a única alternativa ao Império-Mundo comunista é um Império Estadunidense que será, senão literalmente do tamanho da Terra em suas fronteiras formais, ao menos capaz de exercer um controle mundial decisivo.

Henry Luce promoveu ativamente *The struggle for the world* na revista *Time* e instou o ajudante político do presidente Truman, Charles Ross, a fazer com que Truman o lesse. Ronald Reagan concedeu a *Presidential Medal of Freedom* a Burnham em 1983, declarando que

ele “afetou profundamente a maneira pela qual os Estados Unidos viam a si mesmos e ao mundo” (BURNHAM, 1947, p. 114-115, 162 e 182; DORRIEN, 2004, p. 22-25; e SEMPA, 2002, p. 25-63).⁶

A geopolítica deve sua ressurreição, enquanto uma explícita, até mesmo oficial, doutrina da política externa dos Estados Unidos nos anos 1970, à influência do secretário de Estado Henry Kissinger. Confrontado com a *débâcle* no Vietnã e a necessidade de restabelecer o poder dos Estados Unidos no contexto de uma crise imperial crescente, Kissinger e o presidente Richard Nixon buscaram pelo conceito de geopolítica. A distensão das relações da Guerra Fria com a China na seqüência da cisão sino-soviética e o começo da *détente* com a União Soviética foram apresentadas como “necessidades geopolíticas”. Referências de Kissinger à geopolítica permeiam suas memórias de 1979 intituladas *The White House years* (HEPPLE, 1986).

A década de 1970 testemunhou, *pari passu* à derrota no Vietnã, a estagnação econômica e o declínio da hegemonia econômica estadunidense. Em 1971, o império estadunidense criou um fluxo tão grande de dólares em direção ao exterior que Nixon foi forçado a romper o lastro da moeda estadunidense com o ouro, enfraquecendo a posição do dólar como moeda hegemônica. A crise energética associada com o boicote árabe de petróleo em resposta à guerra do Yom Kippur de 1973 e a constituição do cartel petrolífero da OPEP evidenciaram a crescente dependência do par automóvel-petróleo estadunidense do petróleo do Golfo Pérsico. A recessão de 1974-1975 iniciou uma queda secular da economia estadunidense que continuou, com pequenas inflexões, por três décadas.

Com o império estadunidense inteiro em crise no começo da década de 1970 e com sua máquina de guerra efetivamente imobilizada devido ao que os conservadores rotularam como a “Síndrome do Vietnã” (a recusa da população estadunidense de apoiar interven-

⁶ Da mesma forma que Burnham, Raymond Aron se refere à União Soviética como um perigo para a Ilha-Mundo em seu *Century of total war* (1955, p. 111).

ções militares na periferia), países do Terceiro Mundo tentaram romper o sistema. Muita da atenção despendida nesse período estava ligada às tentativas de Washington de conter revoluções e movimentos revolucionários na América Central e no Caribe, o “quintal” do império estadunidense. Porém, a maior derrota sofrida pelo império estadunidense nos anos que se seguiram à Guerra do Vietnã foi a Revolução Iraniana de 1979, que derrubou o xá do Irã, até então a viga-mestre da estratégia estadunidense no Golfo Pérsico. A invasão soviética do Afeganistão – contra a qual a CIA imediatamente lançou a maior guerra dissimulada da História, recrutando forças fundamentalistas islâmicas (inclusive Osama bin Laden) para uma moderna *jihad* – somente serviu para reforçar a visão segundo a qual os círculos de segurança nacional dos Estados Unidos que controlavam todo o Oriente Médio e seu petróleo estavam em perigo.

Uma tentativa massiva, entretanto, foi feita nos anos 1980 e 1990 para reconstruir a hegemonia global dos Estados Unidos, especialmente a posição dos norte-americanos no Golfo Pérsico. O evento que a assinalou foi a Doutrina Carter, apresentada pelo presidente Jimmy Carter no discurso *State of the Union*, em janeiro de 1980, e que declarava:

Uma tentativa de qualquer outra força externa de ganhar o controle da região do Golfo Pérsico será encarada como um ataque aos interesses vitais dos Estados Unidos da América e tal ataque será repellido pelos meios que forem necessários, inclusive por força militar.

Modelada segundo a Doutrina Monroe, a Doutrina Carter significava a extensão do guarda-chuva da hegemonia militar estadunidense direta sobre o Golfo Pérsico.

Tudo isso visava atender aos imperativos geopolíticos das corporações multinacionais estadunidenses. Para a revista *Business Week* de 28 de janeiro de 1980, era crucial que os Estados Unidos desenvolvessem uma “geopolítica dos minérios” em resposta às forças que

desafiavam o poder estadunidense ao redor do mundo: “Na década de 1980, atormentado por demandas dentre as quais as dos regimes pós-coloniais por uma ‘nova ordem econômica internacional’ e um antagonismo relacionado através das corporações multinacionais de recursos”, os Estados Unidos estavam ficando crescentemente mais “vulneráveis” à perda de material estratégico e de “rotas mundiais de petróleo e matérias-primas”. Isso, respondia a *Business Week*, poderia “forçar Washington a fazer alguns compromissos dolorosos entre objetivos de política externa idealistas e a ressurreição da geopolítica” (FRESH, 1980; CHOMSKY, 2003, p.180-181).

Em 1983, a administração Reagan respondeu a tais demandas pelo estabelecimento do Comando Central dos Estados Unidos (Centcom). Centcom é um dos cinco “comandos unificados” regionais que dirigem as forças de combate dos Estados Unidos ao redor do globo. Sua autoridade cobre 25 nações na Ásia do sudeste (incluindo o Golfo Pérsico) e no Chifre da África. Sua responsabilidade principal desde o início foi fazer com que o petróleo continuasse a fluir. Nas duas décadas de sua existência, Klare nota, “as forças do Centcom lutaram em quatro empreitadas principais: a guerra do Irã-Iraque de 1980-88, a guerra do Golfo de 1991, a guerra do Afeganistão de 2001 e a guerra do Iraque de 2003” (KLARE, 2004, p. 2).

A nova geopolítica

Porém, foi a queda do Muro de Berlim em 1989 que constitui a mudança profunda para o império estadunidense. O ataque estadunidense contra o Iraque ao longo de guerra do Golfo de 1991, na seqüência da invasão iraquiana do Kuwait, foi possível devido à erosão do equilíbrio de poder no Oriente Médio pela constatação do enfraquecimento do poder soviético. Ao mesmo tempo, o desmontamento soviético e seus sinais de possível colapso constituíram uma das razões principais pelas quais os Estados Unidos evitaram

invadir e ocupar o Iraque durante a guerra do Golfo. As incertezas geopolíticas associadas com o colapso do bloco soviético eram tais que Washington não poderia garantir o envio e a manutenção de grande número de tropas no Oriente Médio. Nem mesmo poderia arriscar a possibilidade de que tal invasão e ocupação do Iraque pudessem servir para reavivar as alegações soviéticas a respeito do imperialismo estadunidense, atrasando ou revertendo assim as mudanças massivas que estavam ocorrendo naquele país. O falecimento da União Soviética veio somente meses depois, no verão de 1991.

A “nova ordem mundial” que se seguiu foi logo alcunhada de “mundo unipolar” com os Estados Unidos enquanto único superpoder. O Departamento de Defesa não perdeu tempo em iniciar uma estratégia renovada conhecida como *Defense Planning Guidance*, dirigida por Paul Wolfowitz, então subsecretário de defesa para a política. Partes desse relatório secreto, vazadas para a imprensa em 1992, afirmavam numa linguagem ao estilo Spykman que “nossa estratégia [depois da queda da União Soviética] deve ser redirecionada para a contenção de qualquer competidor em nível potencial futuro”. Wolfowitz apropriou-se de partes da doutrina da *Heartland*, argumentando que “a Rússia permanecerá como o maior poder militar na Eurásia e o único poder mundial com capacidade para destruir os Estados Unidos”. (EXCERPTS, 1992; KEEPING, 1992; DORRIEN, 2004, p. 40-41). O *Defense Planning Guidance* propunha um objetivo geopolítico global, para os Estados Unidos de hegemonia militar permanente por meio de ações preventivas. Além disso, fortes objeções dos aliados estadunidenses forçaram Washington a retirar do rascunho do relatório compromettimentos explícitos com a dominação unilateral do globo.

Ao longo da década seguinte, ocorreu um imenso debate dentro dos meios da segurança nacional e das relações exteriores dos Estados Unidos a respeito de até onde os Estados Unidos deveriam ir para alcançar seu objetivo de hegemonia planetária indefinida. Eugene Rostow, subsecretário de Estado para os assuntos políticos de 1966 a 1969, respondeu em 1993 ao colapso da União Soviética pela

afirmação de que era necessário conter a “área da *Heartland* [russa], [que] constitui um enorme centro de poder a partir do qual forças militares atacaram as regiões costeiras da Ásia e da Europa (as *rimlands*, na terminologia de Mackinder [sic]). De modo semelhante, Kissinger escreveu em 1994:

Os estudantes de geopolítica (...) argumentam, entretanto, que o desinteresse da Rússia por quem a governa, combina perfeitamente com o que Halford Mackinder chamou de *heartland* geopolítica, e é a herdeira de uma das mais importantes tradições imperiais (ROSTOW, 1993, p. 14; KISSINGER, 1994, p. 814).

O objetivo expresso desses importantes analistas de segurança nacional era garantir a *Rimland* como um meio para o poder global. Muito da controvérsia nesse período esteve centrada não propriamente no fim do jogo, mas se os Estados Unidos deveriam exercer a dominação global conjuntamente com parceiros minoritários numa tríade (Europa ocidental e Japão) ou deveria obrar unilateralmente por seu próprio império na Terra.⁷

Finalmente, o debate sobre a nova ordem mundial chegou aos círculos acadêmicos com o exercício real do poder militar estadunidense no exterior, principalmente quando os governos George H. W. Bush e Clinton buscaram ativamente renovar e estender sua hegemonia econômica por meios militares. O objetivo imediato era claramente fazer a segurança do perímetro da *Heartland* eurásiana na sequência da derrocada soviética. Assim, intervenções militares ocorreram em 1990 não somente no Golfo Pérsico e no Chifre da África como também na Iugoslávia e no Leste europeu, onde a OTAN, sob a liderança dos Estados Unidos, bombardeou por onze semanas (no caso de Kosovo) e posteriormente desembarcou tropas terrestres, o que

⁷ Nesse contexto, um interesse renovado na obra de Mackinder levou à reimpressão, em 1996, de *Democratic ideals and reality* pela *National Defense University*.

levou ao estabelecimento de bases militares permanentes numa área que era antigamente parte da esfera soviética de influência. No Golfo Pérsico, o Iraque enfrentou um embargo econômico e bombardeios diários dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Enquanto isso, os Estados Unidos buscaram construir bases militares na Ásia central em áreas que circundavam a bacia do Mar Cáspio, rica em petróleo e gás natural, igualmente uma antiga região da União Soviética.

Em 1999, Mackubin Thomas Owens, professor de Estratégia e Planejamento de Força no *Naval War College*, escreveu um artigo que foi um verdadeiro divisor de águas para a *Naval War College Review* intitulado “In defense of classical geopolitics”. Apoiando-se em Mackinder e Spykman, ao mesmo tempo em que criticava Haushofer, Owens insistia em que o objetivo geopolítico supremo dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria continuava sendo o de prevenir “a ascensão de um poder hegemônico capaz de dominar o domínio eurasiático continental e de fazer dos Estados Unidos um domínio marítimo” (OWENS, 1999).

Zbigniew Brzezinski, conselheiro nacional de segurança do presidente Carter, emerge nesse período como um dos mais ávidos proponentes da geopolítica do império estadunidense. Em seu *Grand chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives* (1997), ele alude diretamente à doutrina da *Heartland* avançada por Mackinder e Haushofer (e o que ele chamou do “eco demasiado vulgarizado” disso na “ênfase de Hitler na necessidade do povo alemão de um ‘Lebensraum’”). O que mudou foi que “a geopolítica passou da dimensão regional para a dimensão global, com a preponderância sobre todo o continente eurasiático que serviria de base central para a primazia global. Os Estados Unidos (...) agora gozam de primazia internacional, com seu poder diretamente desdobrado em três periferias do continente eurasiático” – no Oeste (Europa), no Sul (Eurásia do centro-sul, incluindo o Oriente Médio) e no Leste (a borda pacífica do Leste asiático): “A primazia global dos Estados Unidos”, Brzezinski argumentava, “é diretamente dependente de quão longa e

efetivamente sua preponderância no continente eurasiático é garantida”. O objetivo, argumentava ele, era criar uma “hegemonia de novo tipo”, que ele chamou de “supremacia global”, que estabelecesse os Estados Unidos definitivamente como “o primeiro e único poder global confiável” (1997, p. 3, 10, 30, 38-39).

Durante o governo Clinton, a política externa foi pautada tanto pela globalização neoliberal quanto pela geopolítica imperial, mas a primeira sempre teve precedência. No governo George W. Bush o duplo comprometimento permaneceu, mas a ênfase foi mudada no começo para uma tensão mais direta dada ao fortalecimento da primazia global dos Estados Unidos por meio do exercício do poder geopolítico/militar em contraposição ao poder econômico. Essa mudança pode ser observada em duas afirmações-chave de posição lançadas na época das eleições de 2000. A primeira foi um artigo de política exterior intitulado *Rebuilding America's defenses* publicado em setembro de 2000 a pedido do candidato a vice-presidente Dick Cheney, pelo *Project for the New American Century* (um grupo de política estratégica que incluía Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz, Lewis Libby, e o irmão mais novo de George Bush, Jeb Bush). Esse relatório reafirmava fortemente a estratégia imperialista aberta da *Defense Policy Guidance* de 1992. O outro é um discurso intitulado “América Imperial”, proferido em 11 de novembro de 2000 por Richard Haass, que iria, em pouco tempo, se juntar ao departamento de Estado de Colin Powell como diretor de planejamento político. Haass insistia em que tinha chegado a hora para os estadunidenses de “re-conceber seu papel de Estado-nação tradicional para o de poder imperial”. O principal perigo que ameaçava a ordem global estadunidense não era uma das “supertensões imperiais” como sugeria Paul Kennedy em *The rise and fall of great power*, mas uma “subtensão imperial” (FOSTER, 2003).

A resposta imediata do governo Bush aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 foi declarar uma guerra universal e prolongada ao terrorismo: ela serviu como justificção para a expansão do po-

der imperial estadunidense. A nova *National Security Strategy of the United States*, entregue pela Casa Branca ao Congresso em setembro de 2002, exatamente no momento em que o governo soava os tambores da guerra da invasão do Iraque, foi modelada segundo o relatório anterior de Wolfowitz, *Defense Planning Guidance* de 1992. Ela estabelecia, como política estratégica oficial dos Estados Unidos: (1) impedir qualquer Estado de desenvolver capacidades militares iguais ou superiores as dos Estados Unidos; (2) lançar ataques “preventivos” contra Estados que estiverem desenvolvendo novas capacidades militares que pudessem eventualmente prejudicar os Estados Unidos, seus amigos ou aliados – até mesmo antes de qualquer ameaça iminente; e (3) insistia na imunidade de qualquer oficial ou pessoal militar perante qualquer tribunal internacional de crimes de guerra. Mais uma vez a linguagem refletia a declaração de Spykman segundo a qual o objetivo deveria ser “direcionado para a prevenção de hegemonia” – embora nesse caso o objetivo explícito fosse prevenir qualquer desafio futuro à supremacia global estadunidense.

A dominação do petróleo do Golfo Pérsico, por meio de uma invasão e ocupação do Iraque, ofereceu o meio mais rápido de aumentar o poder imperial estadunidense, garantindo que ele deveria ter uma força sobre as maiores reservas de petróleo do mundo numa época de demanda crescente e declínio dos suprimentos de petróleo em escala mundial. O fato de a preponderância de suprimentos de petróleo e gás natural em longo prazo estarem concentrados no Golfo Pérsico, na bacia do Mar Cáspio e na África ocidental permitiu aos “interesses vitais” estadunidenses nessa ampla região serem tratados de maneira mais circunspeta na linguagem da geopolítica com pouca menção aos próprios combustíveis fósseis.

Em maio de 2004, Alan Larson, subsecretário de Estado para os assuntos econômicos, de negócios e agrícolas, fez circular um relatório intitulado “Geopolitics of Oil and Natural Gas”, no qual declarava que “é quase um axioma nos negócios petrolíferos que o petróleo e o gás são mais frequentemente encontrados em países

com regimes políticos desafiadores ou de geografia fisicamente difícil”. Aqui a geopolítica do petróleo e do gás natural é vista como criando interesses estratégicos vitais dos Estados Unidos no Golfo Pérsico, Rússia e na bacia do Mar Cáspio, África ocidental e Venezuela (LARSON, 2004).

A nova geopolítica partilha com a geopolítica clássica o objetivo de dominação mundial, mas acrescenta uma mudança estratégica dirigida, em particular, para o centro-sul da Eurásia. “A razão para a guerra no Iraque”, segundo Michael Klare, “é redesenhar o mapa geopolítico da Eurásia para assegurar e incrustar o poder e a dominação estadunidenses na região *vis-à-vis* (...) outros potenciais competidores” tais como a Rússia, a China, a Comunidade Européia, o Japão ou mesmo a Índia.

As elites dos Estados Unidos concluíram que as *rimlands* européias e do Leste asiático da Eurásia estão seguras em mãos estadunidenses ou [são] menos importantes, ou ambos. O novo centro da competição geopolítica, da forma como elas a vêem, é o centro-sul da Eurásia, incluindo a área do Golfo Pérsico, que detém dois terços do petróleo mundial, a bacia do Mar Cáspio, que tem uma larga parcela do que resta, e os países limítrofes da Ásia central. Esse é o novo centro do conflito e da luta mundiais e o governo Bush está decidido a que sejam os Estados Unidos quem dominará e controlará essa área crítica (KLARE, 2003, p. 53-54).

Num suplemento especial de julho de 1999, intitulado “The New Geopolitics,” a revista *The Economist* explicitamente adotou a análise do “grande tabuleiro” de Brzezinski argumentando que a luta geopolítica chave para o “império da democracia” liderada pelos Estados Unidos depois de Kosovo era o controle da Eurásia e, particularmente, a Ásia central. Tanto a China como a Rússia eram vistas como podendo estender sua influência geopolítica na rica bacia energética do Mar Cáspio. Portanto, era necessária uma expansão imperial estadunidense para prevenir isso (THE NEW, 1999).

As únicas limitações admitidas pela estratégica geopolítica estadunidense é a “supremacia global” de Brzezinski. Desta forma, ela reflete o que Mackinder chamou de tendência a um “único Império-Mundo”. Essa nova geopolítica está tão soldada nos círculos dos entusiastas do império que o correspondente do *Atlantic Monthly* Robert Kaplan começou seu recente livro, *Imperial Grunts*, com uma celebração do mapa militar global dos cinco “comandos unificados” do Pentágono nos termos de sua “fantástica semelhança” com um mapa “desenhado em 1931 para os militares alemães pelo professor Karl Haushofer, uma figura de proa da *Geopolitik*”. Com medo de que seu significado permanecesse incompreendido, Kaplan tratou de se referir ao poema de Kipling “The white man’s burden” como corporificando valores “idealistas”, e prosseguiu caracterizando sua própria “odisséia [jornalística] por meio às casernas e postos avançados do Império Estadunidense” como uma volta pelo novo “*Injun Country*” (KAPLAN, 2005, p. 3-15).

Os fracassos da geopolítica

A impopularidade da análise geopolítica depois de 1943 é usualmente atribuída a sua associação com a estratégia nazista de conquista mundial. Além disso, a rejeição popular da geopolítica no período pode também ser auferida pelo profundo reconhecimento segundo o qual a geopolítica clássica, em todas as suas formas, era inerentemente imperialista e se constituía em uma doutrina relacionada à guerra. Como argumentou em 1942 o analista geopolítico crítico Robert Strausz-Hupé, “Em *Geopolitik* não há nenhuma distinção entre guerra e paz. Todos os Estados têm o imperativo de se expandir e o processo de expansão é visto como uma guerra perpétua – pouco importa se o poder militar é realmente aplicado ou usado para implementar a diplomacia ‘pacífica’ como uma ameaça velada” (STRAUSZ-HUPÉ, 1942, p. 101).

Nos últimos tempos, a geopolítica imperial estadunidense objetivava a criação de um espaço global para o desenvolvimento capitalista. Trata-se de forjar um mundo dedicado à acumulação de capital sob os auspícios da classe dominante estadunidense – e, numa menor extensão, com as classes dominantes minoritárias da tríade de poderes como um todo (América do Norte, Europa e Japão). Apesar do “fim do colonialismo” e da ascensão de “novos países anticapitalistas”, a revista *Business Week* pronunciou, em abril de 1975, que sempre houve o “guarda-chuva do poder estadunidense para contê-los” e [os] “Estados Unidos eram capazes de moldar uma prosperidade crescente nos países ocidentais, usando as ferramentas do comércio, investimento e poder político mais liberais. A ascensão da corporação multinacional foi a expressão econômica dessa estrutura política” (THE FEARFUL, 1975, p. 21).

Não há dúvidas de que o *Imperium* estadunidense beneficiou aqueles que estão no topo nas nações do capitalismo central e não somente as elites de poder dos Estados Unidos. Além disso, a corrida pela hegemonia global da parte de nações capitalistas individuais e suas classes dominantes, como a própria acumulação de capital, reconhece barreiras intransponíveis. Escrevendo antes de 11 de setembro de 2001, István Mészáros defendia em seu *Socialism or barbarism* que, devido às ambições imperiais descontroladas dos Estados Unidos, o mundo estava entrando no que potencialmente era “a mais perigosa fase do imperialismo em toda a história”:

O que está em jogo hoje não é o controle de uma certa parte do planeta – independente de quão grande seja – que coloque em desvantagem, mas ainda tolere ações independentes de alguns rivais. Trata-se hoje do controle de sua totalidade por um poder hegemônico econômico e militar. Isto é o que a última racionalidade do capital globalmente desenvolvido requer, em sua vã tentativa de controlar seus antagonismos irreconciliáveis. O problema é que, por outro lado, tal racionalidade é, ao mesmo tempo, a mais extremada forma de irracionalidade da

história, inclusive se comparada com a concepção nazista de dominação mundial, na medida em que as condições requeridas para a sobrevivência da humanidade estão em jogo (MÉSZÁROS, 2001, p. 38).

Na era atual de imperialismo desvelado, iniciada por um único superpoder, a natureza da ameaça ao planeta inteiro e a seu povo está evidente a todos. Segundo G. John Ikenberry, professor de geopolítica e “justiça global” na *Georgetown University*, em seu artigo de 2002 na *Foreign Affairs*, “America’s imperial ambition”: a “visão neoimperial” dos Estados Unidos é uma na qual “os Estados Unidos arrogam para si o papel global de estabelecer modelos, determinando ameaças, usando de força e deixando de lado a justiça”. Atualmente, os Estados Unidos gozam tanto da primazia econômica (embora esta esteja em declínio) e da militar. “O novo objetivo”, ele afirma, “é fazer com que essas vantagens sejam permanentes – um *fait accompli* que servirá de alerta para que nenhum outro Estado nem mesmo tente superá-lo. Alguns pensadores descreveram essa estratégia como ‘breakout’”. Ainda, tal “grande estratégia imperial linha-dura”, segundo Ikenberry – ele próprio um não-oponente do imperialismo – pode ser um tiro pela culatra (IKENBERRY, 2002, p. 44, 50, 59).

Do ponto de vista da teoria marxista, que enfatiza o enraizamento econômico do imperialismo, tal investida global é tão ineficiente quanto bárbara. O poder sob o capitalismo pode ser somente esporadicamente imposto por meio do tambor de uma arma. Sua fonte real, entretanto, é o relativo poder econômico, que é, por sua natureza, instável.

Isso tudo sugere que a rivalidade interimperialista não acabou, como freqüentemente se pensou, com a ascensão da hegemonia estadunidense. Muito pelo contrário, ela persistiu na procura de Washington pela hegemonia ilimitada, que pode ser rastreada até a lógica subjacente do capital num mundo dividido entre Estados-nações competidores. Os Estados Unidos enquanto superpoder remanescente está hoje procurando pela dominação mundial final. O “*Project for the new american century*” apregoa uma tentativa de

criação de um *Imperium* global sob a direção dos Estados Unidos concebido para extrair o máximo possível de excedente dos países da periferia, enquanto consolida uma estratégia de “*breakout*” com relação aos principais (ou potenciais) rivais à supremacia global estadunidense. O fato é que tal objetivo é irracional e impossível de ser mantido, constitui um fracasso inevitável da geopolítica.

As teorias marxistas sobre o imperialismo sempre se focaram mais na importância da geoeconomia do que na questão da geopolítica. Desse ponto de vista, o desenvolvimento desigual e combinado capitalista resulta numa mudança no poder produtivo global que não pode ser controlado por meios geopolíticos/militares. O império sob o capitalismo é inerentemente instável, eternamente devoto de um genuíno Estado mundial e apontando para guerras cada vez maiores e potencialmente mais perigosas. Sua evolução de longo prazo é rumo à barbárie – armado cada vez mais com terríveis armas de destruição em massa.

Que a esperança permaneça sob essas terríveis circunstâncias é explicado pela construção de um movimento de paz por um novo mundo que reconhece que o que hoje deve ser superado não é uma instância específica do imperialismo e da guerra, mas todo um sistema econômico mundial que alimenta esse militarismo e esse imperialismo. O objetivo da paz deve ser visto como envolvendo a criação de um mundo de igualdade substantiva no qual a exploração global e a geopolítica de império não seriam mais os principais objetos. O velho nome para tal ordem radicalmente igualitária é “socialismo”.

Referências bibliográficas

ADAMS, Brooks. *The new Empire*. London: Macmillan, 1902.

ARON, Raymond. *Century of total war*. Boston: Beacon, 1955.

- BLOUET, Brian W. *Halford Mackinder*. College Station: Texas A&M University, 1987.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. *The grand chessboard: American primacy and its geo-strategic imperatives*. New York: Basic Books, 1997.
- BURNHAM, James. *The struggle for the World*. New York: John Day, 1947.
- CHOMSKY, Noam. The Cold War and the superpowers. *Monthly Review*, v. 33, n. 6, p. 1-10, Nov. 1981.
- . *Towards a New Cold War*. New York: The New Press, 2003.
- COHEN, Saul B. *Geopolitics in the World System*. New York: Rowman and Littlefield, 2003.
- DORPALEN, Andreas. *The World of General Haushofer*. New York: Farrar & Rinehart, 1942.
- DORRIEN, Gary. *Imperial designs: Neoconservatism and the New Pax Americana*. New York: Routledge, 2004.
- EXCERPTS from Pentagon's Plan: "Preventing the re-emergence of a new rival". *New York Times*, 8 Mar. 1992.
- FOSTER, John Bellamy. "Imperial America" and War. *Monthly Review*, v. 55, n. 1, p. 1-10, May. 2003.
- FRESH FEARS that the Soviets will cut off critical minerals. *Business Week*, 28 Jan. 1980, p. 62-63.
- GRAY, Colin S. *The Geopolitics of the Nuclear Era*. New York: Crane, Russak, and Co., 1977.
- HEPPLE, Leslie W. The revival of Geopolitics. *Political Geography Quarterly*, v. 5, n. 4, suplemento, p. S21-S36, Oct. 1986.
- HOBSON, John. *Imperialism: a study*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1965.
- IKENBERRY, G. John. America's imperial ambition. *Foreign Affairs*, v. 81, n. 5, p. 44-60, Sept.- Oct. 2002.
- KAPLAN, Robert. *Imperial grunts*. New York: Random House, 2005.
- KEEPING the U.S. First. *Washington Post*, 11 Mar. 1992.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon and Schuster, 1994.
- KLARE, Michael. *Blood and OIL*. New York: Henry Holt and Co., 2004.
- . The new Geopolitics. *Monthly Review*, v. 55, n. 3, p. 51- 56, Jul.-Aug. 2003.

- LARSON, Alan. Geopolitics of oil and natural gas. *Economic Perspectives*, may. 2004. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/journals/ites//0504/ijee/larson.htm>.
- MACKINDER, Halford. *Democratic ideals and reality*. New York: Henry Holt, 1919.
- . The Geographical pivot of History. *Geographical Journal*, v. 23, n. 4, p. 421-444, Apr. 1904.
- . The round World and the winning of the peace. *Foreign Affairs*, v. 21, n. 4, Jul. 1943.
- MAHAN, Alfred Thayer. *The influence of sea power upon History, 1660–1783*. London: Sampson, Low, Marston, 1890.
- MÉSZÁROS, István. *Socialism or barbarism*. New York: Monthly Review, 2001.
- MURPHY, David Thomas. *The heroic earth: Geopolitical thought in Weimar Germany, 1918–1933*. Kent: Kent State University, 1997.
- NEUMANN, Franz. *Behemoth: the structure and practice of National Socialism*. New York: Oxford University, 1942.
- OWENS, Mackubin Thomas. In defense of classical Geopolitics. *Naval War College Review*, v. 52, n. 4, 1999. Disponível em: <http://www.nwc.navy.mil/press/review/1999/autumn/art3-a99.htm>.
- ROSTOW, Eugene V. *A breakfast for Bonaparte*. Washington, D.C.: National Defense University Press, 1993.
- SEMMELE, Bernard. *Imperialism and social reform*. Garden City: Anchor Books, 1960.
- SEMPA, Francis P. *Geopolitics: From the Cold War to the 21st Century*. New Brunswick: Transaction, 2002.
- SMITH, Neil. *American Empire: Roosevelt's geographer and the prelude to globalization*. Berkeley: University of California Press, 2003.
- SPYKMAN, Nicholas John. *America's strategy in World politics*. New York: Harcourt, Brace, and Co., 1942.
- . *The Geography of the peace*. New York: Harcourt, Brace and Co., 1944.
- STRAUSZ-HUPÉ, Robert. *Geopolitics: the struggle for space and power*. New York: G.P. Putnam's Sons, 1942.
- THE FEARFUL drift of foreign policy. *Business Week*, 7 Apr. 1975.
- THE NEW Geopolitics. *The Economist*, 31 Jul. 1999, p. 13, 15-16.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in History*. New York: Henry Holt., 1921.

WHITTLESEY, Derwent. *German strategy of World conquest*. New York: Farrar & Rinehart, Inc., 1942.

———. Haushofer: Geopoliticians. In: EARLE, Edward Mead (org.). *Makers of Modern Strategy*. Princeton: Princeton University Press, 1948, p. 388-411.